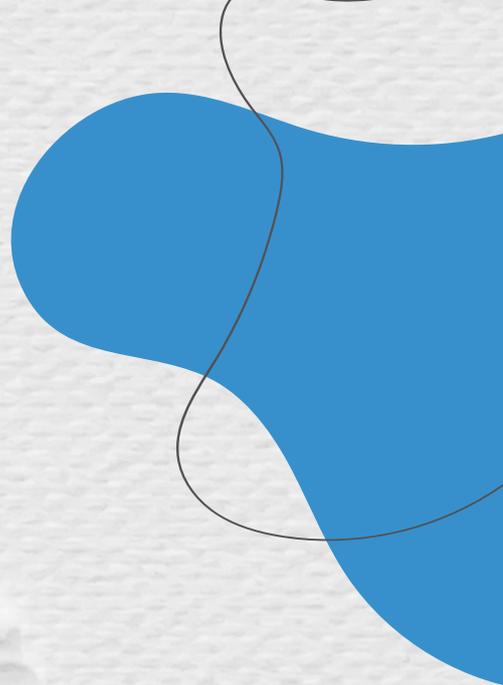


EDITORA  
OMNIS SCIENTIA



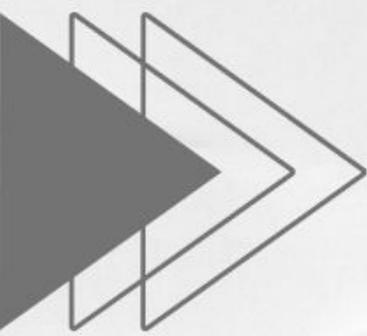
# PERCURSOS QUE INTEGRAM A SAÚDE NO BRASIL

**ORGANIZADORA**

Pauliana Valéria Machado Galvão



**VOLUME 1**

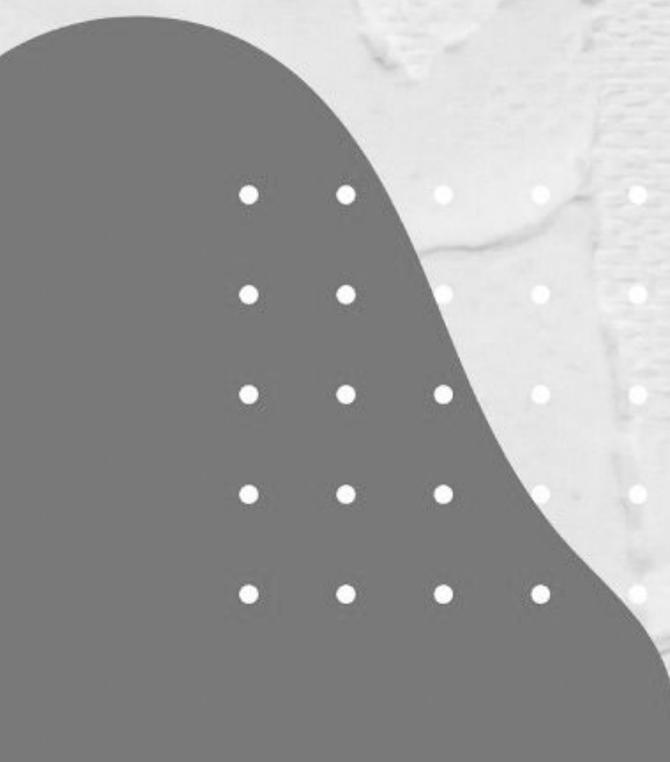


EDITORA  
OMNIS SCIENTIA

# PERCURSOS QUE INTEGRAM A SAÚDE NO BRASIL

**ORGANIZADORA**

Pauliana Valéria Machado Galvão



**VOLUME 1**

Editora Omnis Scientia

**PERCURSOS QUE INTEGRAM A SAÚDE NO BRASIL**

Volume 1

1ª Edição

TRIUNFO - PE

2022

## **Editor-Chefe**

Me. Daniel Luís Viana Cruz

## **Organizadora**

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão

## **Conselho Editorial**

Dr. Cássio Brancaleone

Dr. Marcelo Luiz Bezerra da Silva

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão

Dr. Plínio Pereira Gomes Júnior

Dr. Walter Santos Evangelista Júnior

Dr. Wendel José Teles Pontes

## **Editores de Área - Ciências da Saúde**

Dra. Camyla Rocha de Carvalho Guedine

Dra. Cristieli Sérgio de Menezes Oliveira

Dr. Leandro dos Santos

Dr. Hugo Barbosa do Nascimento

Dr. Marcio Luiz Lima Taga

Dra. Pauliana Valéria Machado Galvão

## **Assistente Editorial**

Thialla Larangeira Amorim

## **Imagem de Capa**

Canva

## **Edição de Arte**

Vileide Vitória Larangeira Amorim

## **Revisão**

Os autores



**Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.**

**O conteúdo abordado nos artigos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Lumos Assessoria Editorial  
Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

P429 Percursos que integram a saúde no Brasil : volume 1  
[recurso eletrônico] / organizadora Pauliana Valéria  
Machado Galvão. — 1. ed. — Triunfo : Omnis Scientia,  
2022.  
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-65-5854-914-7  
DOI: 10.47094/978-65-5854-914-7

1. Saúde pública - Brasil. 2. Política de saúde -  
Brasil. 3. Serviços de saúde comunitária - Brasil.  
4. Profissionais da área de saúde pública - Formação.  
I. Galvão, Pauliana Valéria Machado. II. Título.

CDD23: 610.7

**Editora Omnis Scientia**

Triunfo – Pernambuco – Brasil

Telefone: +55 (87) 99656-3565

[editoraomnisscientia.com.br](http://editoraomnisscientia.com.br)

[contato@editoraomnisscientia.com.br](mailto:contato@editoraomnisscientia.com.br)



# PREFÁCIO

Discutir a saúde pública é um processo amplo, dinâmico e extremamente necessário, principalmente no contexto atual, após 30 anos da criação do Sistema Único de Saúde brasileiro e tantos questionamentos gerados sobre a sua eficiência e importância.

A pandemia do COVID-19 demonstrou que o SUS é, em sua essência, feito por profissionais que extrapolam o dever e carregam os ideais propostos quando de sua formulação. Todos precisaram se reinventar e novas estratégias e possibilidades foram criadas, admitindo-se todos os desafios, mas negando-se a ser paralisado pelas circunstâncias.

Assim, este livro pretendeu reunir trabalhos que expressam a multidisciplinaridade dos percursos que formam a construção da saúde brasileira. O olhar sobre os princípios do SUS de integralidade, equidade e universalização foi priorizado, bem como o olhar sobre a saúde de populações especiais. Só que pensar saúde é tão amplo que seria impossível não retratar diversas experiências de vivências e de estratégias educativas. Esperamos ter oportunizado uma discussão ampla e construtiva.

Capítulo Premiado: Capítulo 1 - O DESAFIO DA INTEGRALIDADE NA SAÚDE: UM OLHAR NA ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS.

# SUMÁRIO

## **CAPÍTULO 1.....11**

### **O DESAFIO DA INTEGRALIDADE NA SAÚDE: UM OLHAR NA ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS**

Durval Lins dos Santos Neto

Albani de Barros

**DOI: 10.47094/978-65-5854-914-7/11-16**

## **CAPÍTULO 2.....17**

### **POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE DA MULHER E ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Antônia Dyeylly Ramos Torres Rios

Taiane Soares Vieira

Letícia Lacerda Marques

Melquesedec Pereira de Araújo

Joice Simionato Vettorello

Fabiane Lopes dos Santos

Raul Ricardo Rios Torres

Luiz Cirino da Silva Neto

**DOI: 10.47094/978-65-5854-914-7/17-29**

## **CAPÍTULO 3.....30**

### **AS EXPERIÊNCIAS DO ENSINO SOBRE A SAÚDE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CURSOS DE MEDICINA**

Ana Beatriz da Silva

Harlan Azevedo Fernandes Gadêlha

Heitor Lenin Lisboa dos Santos

Maria Jussara Medeiros Nunes

Pedro do Vale Cardoso

Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes

**DOI: 10.47094/978-65-5854-914-7/30-41**

**CAPÍTULO 4.....42**

**PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS: REPERCUSSÕES DO RETORNO ÀS ATIVIDADES DOCENTES PRESENCIAIS DE ENSINO PÓS PANDEMIA COVID-19**

Carina do Carmo Couto

Aline Groff Vivian

Dóris Cristina Gedrat

**DOI: 10.47094/978-65-5854-914-7/42-53**

**CAPÍTULO 5.....54**

**PARASITOLOGIA POR MEIO DE TÉCNICAS E IMAGENS: PERCURSO EDUCATIVO PARA INTEGRAÇÃO DA SAÚDE**

Ana Lúcia Moreno Amor

Aldery Souza dos Passos

Edemilton Ribeiro Santos Junior

Érica Santos Bomfim

Karine Sampaio de Carvalho

Luiz Henrique Silva Mota

Manuella Silva Correia

Mariana Soares de Almeida

Raíssa da Silva Santos

Raoni dos Santos Andrade

Wesley Araújo de Albuquerque

Rebeca Correa Rossi

Glauber Andrade dos Santos

**DOI: 10.47094/978-65-5854-914-7/54-66**

**CAPÍTULO 6.....67**

**VIVÊNCIAS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE ENFERMAGEM EM UM HOSPITAL ESCOLA**

Thaisy Sarmiento Batista de Oliveira Lima

Janaína de Sousa Paiva Leite

Ana Paula Ramos Machado

Georgiana de Sousa Garrido  
Vanei Pimentel Santos  
Maria Juliana Viana dos Santos Oliveira  
Maria Julieta Viana dos Santos Oliveira  
Rosana Fernandes Dantas Gomes

**DOI: 10.47094/978-65-5854-914-7/67-76**

**CAPÍTULO 7.....77**

**VIVÊNCIA DO ENFERMEIRO NO PRONTO SOCORRO DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS**

Rúbia Mara Maia Feitosa  
Fabíola Chaves Fontoura  
Ana Priscila Marcolino Torres  
Geordânia Freires Barros  
Maria Laudinete Menezes de Oliveira

**DOI: 10.47094/978-65-5854-914-7/77-85**

**CAPÍTULO 8.....86**

**INTERDISCIPLINARIDADE EM CUIDADOS PALIATIVOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Janaína de Sousa Paiva Leite  
Vanei Pimentel Santos  
Thaisy Sarmiento Batista de Oliveira Lima  
Ana Paula Ramos Machado  
Maria Juliana Viana dos Santos Oliveira  
Georgiana de Sousa Garrido  
Maria Julieta Viana dos Santos Oliveira  
Rosana Fernandes Dantas Gomes  
Rosângela Alves Almeida Bastos

**DOI: 10.47094/978-65-5854-914-7/86-95**

**CAPÍTULO 9.....96**

**SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A UM PACIENTE COM UROSTOMIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Carlos Antonio de Lima Filho

Matheus Vinicius Barbosa da Silva

Amanda de Oliveira Bernardino

João Henrique Siqueira Gomes

Maria Julya Santos Lobo

Pedro Henrique Rezende Gava

Marianne Rose Mignac de Barros Monteiro Melo

Ana Fernanda Vieira Ramos

Thayuane Gabryelle de Oliveira Silva

Lorena Evellyn Pereira de Paula

**DOI: [10.47094/978-65-5854-914-7/96-105](https://doi.org/10.47094/978-65-5854-914-7/96-105)**

### AS EXPERIÊNCIAS DO ENSINO SOBRE À SAÚDE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NOS CURSOS DE MEDICINA

**Ana Beatriz da Silva<sup>1</sup>;**

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, RN.

<http://lattes.cnpq.br/8182921923949889>

**Harlan Azevedo Fernandes Gadêlha<sup>2</sup>;**

Faculdade Integrada de Patos (FIP), Patos, PB.

<http://lattes.cnpq.br/8149714774683591>

**Heitor Lenin Lisboa dos Santos<sup>3</sup>;**

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, RN.

<http://lattes.cnpq.br/3992777678648447>

**Maria Jussara Medeiros Nunes<sup>4</sup>;**

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, RN.

<http://lattes.cnpq.br/7833106970537955>

**Pedro do Vale Cardoso<sup>5</sup>;**

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, RN.

<http://lattes.cnpq.br/6304126421280007>

**Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes<sup>6</sup>.**

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, RN.

<http://lattes.cnpq.br/6128746651032614>

**RESUMO:** A educação inclusiva é uma realidade e constitui um desafio para o ensino superior. O presente estudo tem como objetivo geral realizar uma revisão integrativa da literatura sobre as experiências do ensino sobre à saúde das pessoas com deficiência nos cursos de medicina e como objetivos específicos discutir sobre o ensino dos cursos de medicina na promoção do cuidado em saúde das pessoas com deficiência, bem como, contribuir com novas discussões e olhares a respeito do ensino médico e o cuidado prestado às pessoas com deficiência. A metodologia adotada foi uma revisão sistemática da literatura na base de dados dos SCIELO, LILACS e MEDLINE, entre o período de 2010 e 2018. Foram utilizadas para a busca dos artigos os seguintes descritores e suas combinações: “deficiência”, “acessibilidade”, “ensino superior” e “educação” conforme consulta aos Descritores em Ciências da Saúde – DeCS. Na busca foram encontrados 737 artigos nas bases de dados

com todos os descritores agrupados, destes, somente 8 artigos foram selecionados. Os resultados apontam que os currículos dos cursos brasileiros de Medicina, ainda se mostra incipiente com demandas da necessidade de inclusão, reabilitação, promoção de saúde e prevenção de agravos para população deficiente; ações dependentes da articulação entre diferentes setores governamentais e da participação da sociedade civil. Contudo, a implementação e a garantia efetiva dos direitos assegurados por lei, o desenvolvimento de redes de assistência e de proteção específicas e efetivas, e a implementação de estratégias educacionais especificamente voltadas para o cuidado destinado às PCD nos currículos médicos permanecem como desafios a serem superados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino. Pessoas com Deficiências. Estudantes de Medicina.

## **THE EXPERIENCES OF TEACHING THE HEALTH OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN MEDICINE COURSES**

**ABSTRACT:** Inclusive education is a reality and is a challenge for higher education. The present study has as a general objective to conduct an integrative review of the literature on the experiences of teaching on the health of people with disabilities in medical courses and as specific objectives to discuss the teaching of medical courses in the promotion of health care for people with disabilities, as well as to contribute to new discussions and perspectives about medical education and the care provided to people with disabilities. The methodology adopted was a systematic review of the literature in the SCIELO, LILACS and MEDLINE database, between 2010 and 2018. The following descriptors and their combinations were used to search the articles: “disability”, “accessibility”, “higher education” and “education” according to the Descriptors in Health Sciences - DeCS. In the search, 737 articles were found in the databases with all the descriptors grouped, of which only 8 articles were selected. The results indicate that the curricula of Brazilian medical courses are still incipient with demands for inclusion, rehabilitation, health promotion and disease prevention for the disabled population; actions dependent on the articulation between different government sectors and the participation of civil society. However, the implementation and effective guarantee of rights guaranteed by law, the development of specific and effective care and protection networks, and the implementation of educational strategies specifically aimed at the care of PCD in medical curricula remain challenges to be overcome.

**KEY-WORDS:** Teaching. People with disabilities. Medical students.

### **INTRODUÇÃO**

As Pessoas com Deficiência (PCD) são pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. São definidos ainda, como pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela

autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade, além da equidade de oportunidades. A pessoa com deficiência é apenas mais uma característica da condição humana (BRASIL, 2010, p.13).

Ao longo dos anos, muitas dificuldades foram enfrentadas pelas pessoas com necessidades especiais, desde o isolamento social à discriminação. Talvez por esta razão, pessoas com deficiência em muitas sociedades foram mantidas à parte das políticas públicas (INTERDONATO; GREGUOL, 2012).

Conforme elucida Martins (2017) a invisibilidade imposta pelo meio social as pessoas com deficiência perpetuam-se até a atualidade. Entende-se que o tema, enquanto um problema social é um fato atual e as limitações encontradas são acentuadas em detrimento aos que subjetivamente, se caracterizam nos ditos normais. É evidente a persistência dos valores simbólicos que deslegitimam as pessoas com necessidades especiais e que diariamente continuam encontrando dificuldades e barreiras que tornam sua participação nas esferas de ensino mais laboriosa e difícil.

A formação de profissionais de saúde, especialmente das pessoas com deficiência nos cursos de medicina, foco do estudo aqui relatado, deveria ser uma preocupação de todas as escolas de Medicina no que diz respeito a: promoção do conhecimento sobre as necessidades em saúde das pessoas com deficiência e como atendê-las, o estímulo a atitudes positivas em relação às pessoas desse grupo e o desenvolvimento das habilidades necessárias à prestação do cuidado em saúde às PCD, nas diversas disciplinas, teóricas e práticas, assim como nos programas de internato e residência, segundo os princípios dos direitos humanos.

Seguindo este pensamento, Freire (2008) complementa ao dizer: é direito de todas as pessoas participarem da sociedade e de serem respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No campo educacional, a inclusão defende o direito dos estudantes a se desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de se apropriarem das competências que lhes permitam exercer o seu direito por meio de uma educação de qualidade, atendendo, assim, as suas necessidades, interesses e características.

Durante as últimas décadas deste século, conferências nacionais e internacionais marcaram o desenvolvimento dos princípios da educação inclusiva com o propósito de garantir o direito de pessoas com necessidades especiais ao ensino. Destes encontros, destaca-se a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) que resultou na elaboração de diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais, com direito a educação para todos. Outra conquista a ser evidenciada foi a Declaração de Washington: Movimento de Vida Independente e dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (ONU, 1999a) que se comprometia a promover uma ampla legislação sobre os Direitos das Pessoas Deficientes e incentivar políticas públicas voltadas ao fomento da Vida Independente, através da educação inclusiva, comunicação e outros.

Em concordância com a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiências (ONU, 1999b) em seu Artigo III que reafirmava o papel dos “Estados Partes” na compreensão de que as pessoas com necessidades especiais têm os mesmos direitos e liberdades fundamentais de qualquer outra pessoa. No mesmo artigo, na seção 1ª há a garantia de direitos como o de não ser submetido à discriminação pela sua condição de deficiência.

Na contemporaneidade, a inclusão do aluno deficiente representa desafios, desde a modalidade de Educação Infantil até o Ensino Superior, em instituições públicas e privadas. A Declaração de Jomtien assegurada na Conferência Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990) veio a garantir o acesso às necessidades básicas de aprendizagem a todas as pessoas.

No Brasil, os direitos da pessoa com necessidades especiais à educação iniciam com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Conforme o Art. 206 o ensino será ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, já o Art. 208 afirma que é dever do Estado efetivar a educação mediante a garantia de atendimento educacional especializado para as pessoas com necessidades especiais, bem como o acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Em conjunto a este avanço, a Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 1.793 (BRASIL, 1994) recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos educacionais e éticos, bem como da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais nos currículos de formação de docentes. Posteriormente, a Lei nº 9.394 – Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) (BRASIL, 1996) define a educação especial e assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais, estabelecendo os critérios das instituições privadas sem fins lucrativos e especializadas em educação especial exclusivamente com a finalidade de apoio técnico e financeiro pelo poder público.

Neste sentido, as conquistas colhidas dos documentos anteriores impulsionaram as pressões sociais para que finalmente os sujeitos com algum tipo de deficiência que foram incorporados no ensino fundamental e médio chegassem finalmente ao ensino superior.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência tem por objetivo desenvolver ações conjuntas com o Ministério da Educação e com as Instituições de Ensino Superior, considerou a necessidade de incorporar disciplinas e conteúdos de reabilitação e atenção à saúde das PCD nos currículos de graduação na área da saúde (BRASIL, 2001).

Os autores Costa e Koifman (2016, p.54) nos seus estudos sobre o ensino sobre deficiência a estudantes de medicina afirmam que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Medicina, instituídas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, não especificam atenção às pessoas com deficiência, embora as competências e habilidades que se esperam que os estudantes adquiram ao longo do curso devam ser estendidas a este grupo. “Basta focar a atenção nos itens do

Artigo 5º para perceber a enorme lacuna da formação médica no Brasil para atender às competências e habilidades específicas voltadas à atenção à saúde das PCD”.

Atualmente, estudiosos como Moreira (2005); Gomes e Lima (2006); Manzini e Bazon (2006); Pellegrin, (2006); Ferreira (2007); Rodrigues (2007); e Mariante (2008) se dedicaram a estudar este paradigma educacional da sociedade esclarecendo e elucidando caminhos e dificuldades a serem considerados a respeito das possibilidades de acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior.

Em suma, as pesquisas desses estudiosos revelaram que a realidade atual da educação inclusiva nas universidades está caminhando na organização e busca de alternativas para que estes sujeitos possam finalmente usufruir integralmente do espaço e direitos que as leis antes mencionadas lhes asseguram.

Considera-se que estar “dentro” da sala de aula não resulta necessariamente que os alunos deficientes estejam incluídos nos processos de ensino-aprendizagem, pois para isso acontecer eles precisam se mobilizar e de fato absorverem os conteúdos escolares. (GOMES; LIMA, 2006). Como enfatiza Baraúna e Santos (2010) que nem todos os professores que lecionam em instituições de nível superior preocupam-se com a prática pedagógica direcionada especificamente para as necessidades educacionais específicas de estudantes com deficiência.

Essas adequações não trazem prejuízos diretos à forma de ensino dos docentes, assim ressalta Morgado Camacho, Lopez-Gavira, e Moriña Díez (2017) as vantagens das adequações curriculares e extracurriculares não são exclusivas de alunos com necessidades especiais, esta prática contribui para o sucesso de muitos outros estudantes. Concomitante a este pensamento, Vadillo e Alvarado (2017) destacam que as boas práticas são suficientes para que os estudantes ultrapassem as barreiras de acesso participativo e, por conseguinte, atinjam legitimamente uma formação superior em igualdade com os demais.

Felizmente na atualidade, as universidades vêm enxergando a importância em comprometerem-se com a inclusão e o sucesso de estudantes com deficiência. Conforme Moriña, Dolores Cortés-Vega, e Molina (2015) o acesso e participação de estudantes com necessidades especiais nos estudos superiores resulta em uma melhoria da qualidade de vida, no acesso ao emprego, no rendimento mensal, e também no processo de independência no decorrer da vida.

O papel social da universidade é fundamental para a inclusão de estudantes deficientes no ensino superior, garantindo a todos os alunos, sem exceções, as reais possibilidades para o desenvolvimento das suas potencialidades e a construção de uma sociedade acessível à inclusão.

Assim, esse estudo objetiva realizar uma revisão integrativa da literatura sobre as experiências do ensino sobre a saúde das pessoas com deficiência nos cursos de medicina. Destaca-se como objetivos específicos: discutir sobre o ensino dos cursos de medicina na

promoção do cuidado em saúde das pessoas com deficiência, bem como, contribuir com novas discussões e olhares a respeito do ensino médico e o cuidado prestado às pessoas com deficiência.

## MÉTODO

Para o alcance dos objetivos do estudo, optou-se em realizar uma revisão integrativa exploratória, com delineamento não experimental, baseada em documentação secundária, do tipo levantamento bibliográfico. Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010) a revisão integrativa é um método que proporciona a síntese de conhecimento e incorpora a aplicabilidade prática de resultados de estudos significativos. Os autores acrescentam que é uma ferramenta ímpar no campo da saúde, por sintetizar pesquisas disponíveis sobre determinada temática e direcionar na prática a fundamentação em conhecimento científico.

Mendes, Silveira e Galvão (2008) afirmam que esse método de pesquisa tem a finalidade de reunir e sintetizar os resultados de pesquisas sobre um tema definido ou questão, de maneira sistemática e ordenada, a fim de contribuir para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado.

Soares *et al* (2014) acrescentam que a revisão integrativa se configura como um tipo de revisão da literatura que reúne achados de estudos de diferentes metodologias, permitindo aos revisores sintetizar resultados sem ferir a filiação epistemológica dos estudos empíricos incluídos. Os autores referem também que a revisão integrativa requer que os revisores procedam à análise e à síntese dos dados primários de forma sistemática e rigorosa.

Desse modo, o método de revisão integrativa possibilita analisar questões sociais complexas, exigindo os mesmos padrões de rigor, clareza e replicação utilizada nos estudos primários. A elaboração da revisão será realizada pela seleção da questão inicial, definição de critérios de inclusão e exclusão e das informações a serem extraídas do material selecionado, avaliação dos estudos incluídos na revisão e síntese.

Para guiar a revisão integrativa, formulou-se a seguinte questão norteadora: Quais os conhecimentos divulgados por artigos científicos que abordam o tema inclusão de estudantes deficientes no ensino superior?

A pesquisa constou de cinco etapas, onde a primeira foi a formulação do problema, coleta de dados, avaliação dos dados, para levantamento dos materiais teóricos, análise e interpretação dos dados e apresentação dos resultados, no intuito de conferir aproximação do pesquisador com a temática.

A coleta de dados teve início em 1 de agosto de 2019 e se estendeu até 31 de julho de 2020, na qual foi realizada uma leitura exaustiva do material selecionado, a fim de extrair toda a informação necessária e pertinente ao objeto de estudo.

Foram considerados os seguintes descritores para a localização dos artigos e suas combinações: “ensino”, “pessoas com deficiências”, “estudantes de medicina” e “medicina”. Com o intuito de ampliar as buscas e alcançar com maior fidelidade o número real de artigos, incluiu-se os seguintes descritores traduzidos nas bases internacionais: “*medical education*”, “*teaching*”, “*disability*”, e “*medical students*”. Os descritores foram selecionados a partir da terminologia em saúde consultada nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Executou-se busca, nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Cochrane Library* (COCHRANE), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE).

Os critérios de inclusão pré-estabelecidos: data de publicação no período de 2011 a 2020, idioma de publicação em Português, Espanhol e Inglês; artigo original e/ou revisão bibliográfica que aborde sobre a questão de pesquisa. Foram considerados como critérios de exclusão: publicações classificadas como editorial, cartas, dissertações, teses, manuais e protocolos, artigos duplicados ou os que não estiverem de acordo com o tema proposto e os que não se apresentarem na íntegra nos sites da pesquisa.

Na última etapa, os dados foram aglutinados e selecionados os de maior relevância para o levantamento. Durante a amostra final desta revisão os artigos foram ainda catalogados e identificados por autor, título do artigo, periódico, ano de publicação, objetivos da pesquisa, resultados e conclusão. Após a obtenção dos artigos selecionados conforme os critérios de inclusão, procedeu-se a análise e síntese descritiva dos dados extraídos dos estudos o que possibilitou observar, descrever e classificar os dados, com o objetivo de reunir o conhecimento produzido sobre o tema pesquisado.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados 737 artigos nas bases de dados com todos os descritores agrupados, destes, apenas 170 estavam disponíveis na íntegra; 45 não atenderam ao recorte temporal; dos 125 artigos restantes, 117 não abordaram a temática e questões norteadoras do estudo e apenas 1 um artigo estava duplicado nas bases de dados. Não foram encontrados estudos por meio da busca manual nas referências dos artigos encontrados. Deste modo, com o emprego de todos os filtros de exclusão e inclusão, foram selecionados 8 artigos.

Conforme quadro 1 apresentado abaixo, podemos identificar que dos 8 estudos analisados, quanto às características gerais, a publicação mais antiga apresentada foi de 2011 (12,5%); 6 artigos eram internacionais (75%) e dois (25%) com abrangência nacional. Quanto ao idioma das publicações, obteve-se acesso a 6 (75%) em inglês e dois (25%) em português. Estes dados revelam um caráter preocupante para o Brasil, visto que o expressivo número de publicações é desenvolvido no exterior. Os artigos pesquisados revelam ainda, uma preocupação dos pesquisadores em relação à inserção da pessoa com deficiência no currículo médico, o tipo do tratamento e condutas oferecidas a estas pessoas, o conhecimento prévio e pós capacitação do corpo discente, além da visão da

pessoa com deficiência.

**Quadro 1** - Distribuição dos estudos segundo autores, título, periódico e ano da publicação. Mossoró-RN, 2020

<b>Autor (res)</b>	<b>Título</b>	<b>Periódico</b>	<b>Ano de Publicação</b>
SHAPIRO, J.	Dancing Wheelchairs: An Innovative Way to Teach Medical Students about Disability	Pubmed	2011
DUNGS, S; PICHLER, C.; REICHE, R.	Disability & Diversity studies as a professional basis for diversity-aware education and training in medicine	Pubmed	2020
JAIN, S.; FOSTER, E.; BIERY, N.; BOYLE, V.	Patients with disabilities as teachers	Pubmed	2013
GARAVATTI, E.; TUCKER, J.; PABIAN, P.S.	Utilization of an interprofessional integrated clinical education experience to improve medical and physical therapy student comfort in treating patients with disabilities	Pubmed	2018
COSTA, L. S. M.; KOIFMAN, L.	O Ensino sobre Deficiência a Estudantes de Medicina: o que existe no mundo?	Scielo	2016
COSTA, L S M.; SILVA, N. C. Z.	Developing medical students' attitudes, knowledge and skills in healthcare for deaf people	Scielo	2012
MILLER, S. R.	A curriculum focused on informed empathy improves attitudes toward persons with disabilities	Pubmed	2013
LONG-BELLIL, L.M.; ROBEY, K.L.; GRAHAM, C.L.; <i>et al.</i>	Teaching medical students about disability: the use of standardized patients	Pubmed	2011

**Fonte:** Elaborado pelos autores

Dentre os artigos analisados, os estudos revelaram que nos últimos anos tem se destacado nas instituições que promovem o ensino médico, uma vertente de supervalorização da aquisição dos conhecimentos específicos da profissão.

Os estudos indicam, ainda, que os médicos desconhecem as particularidades que diferenciam um corpo com e sem deficiência, o que dificulta a redução de riscos de surgimento de problemas de saúde evitáveis ou de procedimentos inadequados, que podem até mesmo levar à morte do paciente. Que existe uma desvinculação entre ensino básico e profissional, além do distanciamento físico entre as duas áreas; de um despreparo do profissional médico em relação ao aspecto pedagógico e didático; da carência de desenvolvimento de uma metodologia científica que integre conhecimento clínico com conhecimento epidemiológico; do excessivo número de componentes curriculares, dadas de forma fragmentada, sem integração interdisciplinar; e da valorização excessiva da especialização, resultando em prejuízo para a formação integral do acadêmico de medicina.

Os estudos reforçam o reconhecimento do Sistema único de Saúde (SUS) como ordenador da formação de recursos humanos na área de saúde, da necessidade de uma profunda reestruturação nos currículos de Medicina, especificamente, a ser realizada por meio de sucessivas e permanentes inovações curriculares, orientadas pelo princípio da integralidade e pela revisão do processo de trabalho e de gestão em saúde. Ademais, os estudos demonstram a relevância de se pensar o processo saúde-doença a partir de uma perspectiva sociocultural. Uma vez que se trata de fenômenos complexos que conjugam fatores biológicos, sociológicos, econômicos, ambientais e culturais. A complexidade do objeto implica buscar uma compreensão humanística e de promoção da saúde, em detrimento do modelo biomédico/mecanicista.

No contexto do cuidado com a saúde das PCD, a articulação entre as escolas médicas e o SUS assume dimensão muito especial diante da premente necessidade de concretização da Política Nacional de Saúde das Pessoas com Deficiência, do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do fortalecimento da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. As práticas em saúde e grande parte dos currículos de Medicina no Brasil deve conjugar ações de prevenção de doenças, de promoção da saúde, além da cura e da reabilitação, exigindo pluralidade de saberes e o trabalho em equipe interdisciplinar e multiprofissional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Política Nacional de Saúde para Pessoa com Deficiência, apresenta demandas da necessidade de inclusão, reabilitação, promoção de saúde e prevenção de agravos para população deficiente; ações dependentes da articulação entre diferentes setores governamentais e da participação da sociedade civil.

Os estudos revelaram que as instituições do ensino médico, tem se destacado pela supervalorização da aquisição dos conhecimentos específicos da profissão. Identificou-se a necessidade de uma profunda reestruturação nos currículos de Medicina, especificamente, a ser realizada por meio de sucessivas e permanentes inovações curriculares, orientadas pelo princípio da humanização, da integralidade e da promoção da saúde e pela revisão do processo de trabalho e de gestão em saúde em detrimento do modelo biomédico.

A pesquisa apontou para a necessidade de uma formação médica efetiva que contribua para a redução das iniquidades em saúde enfrentadas pelas PCD e a integração entre a rede de atenção à saúde e as escolas médicas, como forma de viabilizar práticas acadêmicas que sejam capazes de garantir vivências catalisadoras do processo de ensino e aprendizagem.

Esperamos que esta pesquisa traga benefícios à sociedade no sentido de contribuir para o debate em torno do tema das pessoas com deficiência e do ensino dos cursos de medicina na promoção do cuidado em saúde das pessoas com deficiência, que sirva

de apoio a esforços para preparar melhor futuros médicos para cuidar das pessoas com deficiência, bem como, de contribuir com novas discussões e olhares a respeito do ensino médico e o cuidado prestado às pessoas com deficiência.

## DECLARAÇÃO DE INTERESSES

Nós, autores deste artigo, declaramos que não possuímos conflitos de interesses de ordem financeira, comercial, político, acadêmico e pessoal.

## REFERÊNCIAS

BARAÚNA, S. M., SANTOS, A. F. Docência universitária: uma perspectiva inclusiva. In: NOVAIS, G. S.; CICICLINI, G. A. (Eds.). **Formação docente e práticas pedagógicas: Olhares que se entrelaçam**. Belo Horizonte, Araraquara: Junqueira & Marin. 2010.p. 45-58.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 4ª Ed. Brasília, Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 100p.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 4, de 7 de novembro de 2001. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de novembro de 2001. Seção 1, p. 38

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 1793/94**. Brasília, 1994.

COSTA, L. S. M. da; KOIFMAN, L. O Ensino sobre Deficiência a Estudantes de Medicina: o que Existe no Mundo?. **Rev. brasileira educação médica**. Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 53-58, Mar. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010055022016000100053&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010055022016000100053&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 06 jan.2020.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. **Rev. da Educação**, v. 16, n. 1, p. 5-20, 2008.

GOMES, M. de F. C.; LIMA, P. A. L. **Inclusão e exclusão: a dupla face da modernidade**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE INCLUSIVA, 2006, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: [s. n.], 2006. p. 16. Disponível em:

[http://www.ampid.org.br/ampid/Docs\\_PD/Convencoes\\_ONU\\_PD.php#guatemala](http://www.ampid.org.br/ampid/Docs_PD/Convencoes_ONU_PD.php#guatemala) .Acesso em: 06 jan.2020.

INTERDONATO, G.C.; GREGUOL. M. Promoção da saúde de pessoas com deficiência: uma revisão sistemática. **Rev.Juiz de Fora**, v. 37, n. 3, p. 369-375, jul./set. 2012.

MANSINI, E.; BAZON, F. **A inclusão de estudantes com deficiência no Ensino Superior**.

São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006.

MARIANTE, A. B. **A avaliação da aprendizagem de estudantes do ensino superior com necessidades educativas especiais:** entre a teoria e a prática docente (dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Educação, Pontifícia da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MARTINS, B. S. **Deficiência e as políticas sociais em Portugal:** Retrato de uma democracia em curso. *Periferia*, 2017. p. 13–33. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/42434>. Acesso em: 06 jun.2020.

MOREIRA, L. C. In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. **Rev. Educação Especial**, Santa Maria, n. 25, p. 37-47, ago. 2005.

MORGADO CAMACHO, B.; LOPEZ-GAVIRA, R.; MORIÑA DÍEZ, A. The ideal university classroom: Stories by students with disabilities. **International Journal of Educational Research**, **85(July)**, 2017. p. 148–156. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijer.2017.07.013>. Acesso em: 06 jun.2020.

MORIÑA, A.; DOLORES CORTÉS-VEGA, M.; MOLINA, V. M. **What if we could imagine the ideal faculty? Proposals for improvement by university students with disabilities.** *Teaching and Teacher Education*, 52, 2015. p. 91– 98. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tate.2015.09.008>. Acesso em: 15 jan.2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção de Guatemala**, Guatemala: ONU, 1999. Disponível em: [http://www.ampid.org.br/ampid/Docs\\_PD/Convencoes\\_UNU\\_PD.php#guatemala](http://www.ampid.org.br/ampid/Docs_PD/Convencoes_UNU_PD.php#guatemala). Acesso em: 06 jan.2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção de Washington**, ONU, 1999. Disponível em: [http://www.ampid.org.br/ampid/Docs\\_PD/Convencoes\\_UNU\\_PD.php#declawashington](http://www.ampid.org.br/ampid/Docs_PD/Convencoes_UNU_PD.php#declawashington). Acesso em: 06 jan.2020.

PELLEGRIN, C. M. **Ingresso, acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria.** 2006. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

RODRIGUES, D. A inclusão na universidade: limites e possibilidades da construção de uma universidade inclusiva. **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria, n. 23, 2007. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ce/revista/ceesp>. Acesso em: 25 maio. 2018.

SOARES C. B, *et al.* Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem. **Rev Esc Enferm USP**. 2014 abr 48(2):335-45. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342014000200335&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342014000200335&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 16 jan.2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION.

Declaração Mundial de Educação para Todos: **Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**, Jomtien: UNESCO., 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> . Acesso em: 06 jan.2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**, Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 08 jun.2020.

VADILLO, R. C., & ALVARADO, M. Á. C. (2017). Las instituciones de educación superior y los estudiantes con discapacidad en México. **Rev. de La Educación Superior**, 46(181), 37–53. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.resu.2016.11.002>. Acesso em: 10 jul.2020.

## Índice Remissivo

### A

- Acessibilidade 30
- Acesso à informação 55, 58, 63
- Acolhimento dos profissionais 68, 74
- Adaptar conteúdos curriculares 42, 44
- Assistência ao paciente 78, 81, 87, 93, 97, 99
- Assistência à saúde 20, 22, 24, 25, 26, 79, 87
- Assistência em enfermagem 97
- Atenção à saúde 12, 14, 15, 16, 18, 24, 28, 33, 34, 38
- Atividades práticas 68, 70, 74, 75, 100
- Aulas online 42, 44, 47, 48
- Aulas presenciais 42, 44, 45, 48, 49
- Avaliações presenciais 42, 44

### C

- Comunicação à distância 42
- Condições precárias de habitação 55, 57
- Conhecimento científico 35, 56, 63
- Consultas de enfermagem 97
- Conteúdos teóricos 68, 70
- Covid-19 42, 43, 44, 45, 50, 52, 53, 81, 83, 84, 85
- Cuidado em saúde 30, 32, 35, 38
- Cuidado paliativo 87, 89, 90, 92, 93
- Cuidados paliativos 11, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95
- Curso de enfermagem 68, 97
- Cursos de graduação 51, 68, 69

### D

- Deficiência 14, 15, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 63, 98, 105
- Desenvolvimento da terapêutica 87, 88
- Dinâmicas de sala 42, 44
- Distribuição do serviço 11
- Doenças crônicas 70, 87, 88, 89
- Doenças mortais 87, 88

Doenças parasitárias 55, 57, 58, 61

## E

Educação 19, 23, 30, 32, 33, 34, 39, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 57, 58, 63, 64, 65, 66

Educação em saúde 55, 58, 63, 64

Educação inclusiva 30, 32, 34

Enfermagem 24, 28, 29, 40, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 82, 83, 84, 89, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105

Enfermagem cirúrgica 97

Ensino superior 30, 33, 34, 35, 40, 44, 45, 46, 47, 51

Envelhecimento da população 87, 88

Equipe multiprofissional 87, 90, 92

Estágio supervisionado 68, 69, 70, 74, 75

Estratégias educacionais 31

Estudantes de medicina 31, 37, 39

Expectativa de vida 87, 88

Experiência 60, 68, 69, 70, 72, 73, 75, 77, 80, 97, 99, 105

Experiência prática 68, 70

## F

Formação do profissional 68

Formas de infecção 56, 60

## H

Hospital escola 68

Hospital universitário 17, 18, 68, 69, 70, 97, 100

Humanização do cuidado 18

## I

Infraestrutura doméstica 42

Integralidade 11

Interdisciplinaridade 87, 89, 90, 91, 93

Internação hospitalar 77, 80

Internet 42, 43, 46, 48, 62

## L

Laboratórios de ensino e pesquisa 56

## M

Ministério da saúde 11, 14, 28

Modalidades de ensino 42

Modo remoto 42, 44

## N

Necessidade de inclusão 31, 38

Novas exigências do trabalho 42, 44

## P

Parasitos 56

Parasitos intestinais 56, 59, 62

Período de estágio 68, 70, 71, 73, 74

Pessoas com deficiência 30, 32, 33, 34, 35, 38, 39

Políticas públicas 18, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 32

Políticas públicas de saúde 18, 19, 25

Populações indígenas 11, 15

Popularização da ciência 56

Prática de enfermagem 97, 99

Pré-natal 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29

Princípios da descentralização 11

Processo de enfermagem 74, 97, 99

Professor e aluno 42, 46

Professores 43, 45, 52, 53

Professores universitários 42, 44, 46, 52

Profissionais de saúde 11, 16, 22, 32, 79, 81, 83, 85, 103

Protocolos 36, 78, 80, 81, 84

## Q

Qualidade dos serviços 11

## R

Reabilitação 13, 31, 33, 38, 98

## S

Saúde da mulher 18, 27

Saúde das pessoas com deficiência 30, 32, 34, 38

Saúde dos povos indígenas 11

Saúde indígena 11, 12, 14, 15, 16

Saúde pública no Brasil 11

Serviço público 11, 92, 94

Sistema único de saúde 11, 13, 14, 27, 78, 79, 80, 84, 89

Situação de vulnerabilidade 55, 57

## T

Técnicas laboratoriais 56, 60

Tecnologias da informação 42, 45

## U

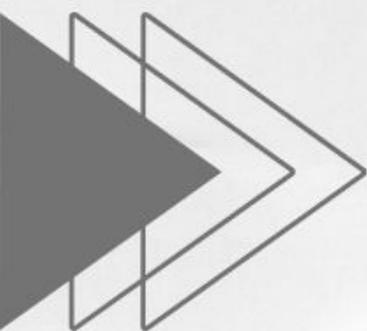
Urostomia 97, 100, 101, 103

## V

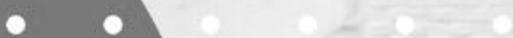
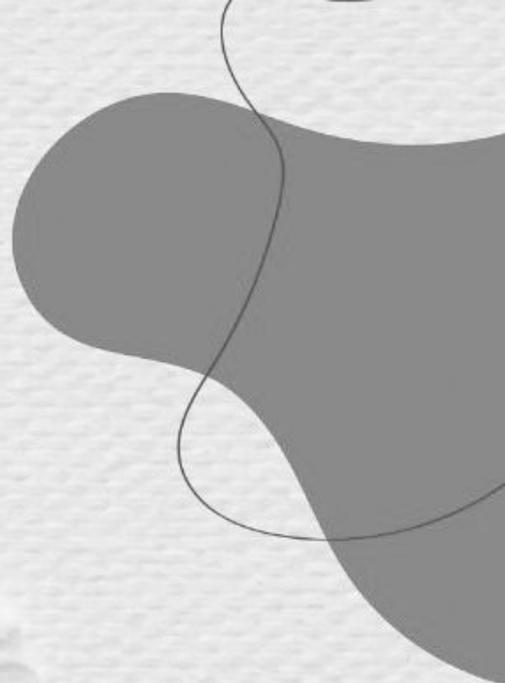
Verificação do prontuário 97

Vetores 56

Vivência de enfermeiros do pronto socorro 77



EDITORA  
OMNIS SCIENTIA



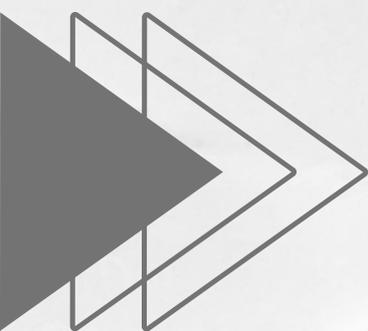
[editoraomnisscientia@gmail.com](mailto:editoraomnisscientia@gmail.com) 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

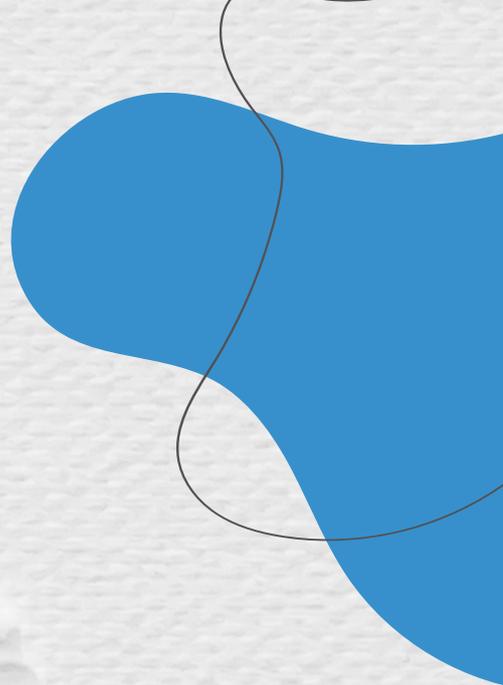
@editora\_omnis\_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 (87) 9656-3565 



EDITORA  
OMNIS SCIENTIA



editoraomnisscientia@gmail.com 

<https://editoraomnisscientia.com.br/> 

@editora\_omnis\_scientia 

<https://www.facebook.com/omnis.scientia.9> 

+55 (87) 9656-3565 